Questões de Educação Especial

Ao longo dos tempos, quer em Portugal, quer a nível internacional, o termo Educação Especial foi sendo conotado com uma simbologia negativa, associado ao atendimento de alunos com diferentes limitações sensoriais, impeditivas no acesso ao currículo e a uma inclusão eficaz na escola, em igualdade de circunstâncias em relação a outras crianças sem problemáticas de funcionalidade identificadas. Durante décadas, a Educação Especial foi entendida como um fator discriminatório e segregador dos alunos com necessidades educativas especiais, se pensarmos nos estereótipos enraizados na população escolar, incluindo nos próprios alunos beneficiários do apoio especializado nas escolas públicas e nas suas famílias.

A negação e a vergonha social de ter um filho com apoio de um docente de Educação Especial na escola fez com que muitos pais rejeitassem essa possibilidade, o que em nada favoreceu a motivação e o prestígio profissional destes docentes perante a sociedade ou mesmo a valorização e a elevação de um estatuto específico junto da classe a que pertencem.

A Educação Especial tem sido sujeita a um conjunto de influências de ordem médica e psicológica, que se refletem na formação especializada destes docentes, na forma determinista ou fatalista do entendimento de cada aluno e das suas verdadeiras necessidades, contrariando os princípios da Declaração de Salamanca (1994).

É deste modo, que a vulnerabilidade do papel do professor de Educação Especial, no seio da filosofia da Educação Inclusiva, desperta interesse investigativo. A Educação Especial caminha apressadamente para uma situação antagónica, na qual poderá vir a ser colocada em causa a sua utilidade na educação contemporânea.

Em larga medida, as constantes modificações da terminologia associada aos alunos com limitações significativas de aprendizagem (necessidades educativas especiais, deficientes, anormais, malucos, etc) e aos próprios professores de Educação Especial (docentes de Apoio Educativo, docentes de Educação Inclusiva, técnico de qualquer coisa...), enfatizam, ainda mais, a perplexidade com que se deparam atualmente estes profissionais e o equívoco generalizado, sobre a sua formação especializada e a função que desempenham no paradigma da Inclusão.

Nesta encruzilhada observamos a influência, não só das modas pedagógicas a que os seguidores da política profissional tendem a impor aos professores, mas também o protagonismo crescente de outros atores incorporados no sistema educativo, que em nome da dotação de recursos adequados para responder à multiplicidade das demandas inerentes aos problemas sociais que se acentuam, julgam o trabalho da generalidade dos professores e assumem-se, quase formalmente, seus supervisores ou até substitutos.

António José Alves Oliveira
Castelo Branco

in: Jornal do Fundão de 18/02/2021